



Acta Scientiarum. Language and Culture

ISSN: 1983-4675

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Seixas Fernandes, Fabiano

Lógica luciferina: argumentação em *Paradise Lost*, de John Milton

Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 35, núm. 3, julio-septiembre, 2013, pp. 233-244

Universidade Estadual de Maringá

.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307428857005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Lógica luciferina: argumentação em *Paradise Lost*, de John Milton

Fabiano Seixas Fernandes

Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2853, 60020-181, Benfica, Fortaleza, Ceará, Brazil. E-mail: fbnfnds@gmail.com

RESUMO. O presente artigo realiza um estudo dos componentes argumentativos de uma passagem do épico *Paradise Lost*, do poeta inglês John Milton. Objetiva, através disso, compreender alguns aspectos da composição do protagonista do épico, Lúcifer/Satã. Foi analisado o diálogo entre Satã e Eva, no qual aquele a convence a comer o fruto da árvore do bem e do mal. Para a análise da situação argumentativa, foi empregada uma versão adaptada do instrumental oferecido por Douglas Walton (2008).

Palavras-chave: John Milton, *Paraíso perdido*, argumentação.

Lucifer's logic: argumentation in John Milton's *Paradise Lost*

ABSTRACT. The present article aims at undertaking an analysis of the argumentative component of a passage from John Milton's *Paradise Lost*, which is intended to shed light on some compositional aspects of the epic's protagonist, Lucifer/Satan. The passage selected for analysis is the one in which Satan convinces Eve to eat of the fruit of the Tree of Knowledge of Good and Evil. Its analysis was undertaken using an adapted version of the theoretical framework proposed by Douglas Walton (2008).

Keywords: John Milton, *Paradise Lost*, argumentation.

Introdução

O presente artigo apresenta um estudo argumentativo de uma passagem crucial do épico *Paradise Lost*, do poeta inglês John Milton. Para tal, conta com o arcabouço teórico da Lógica Pragmática.

O primeiro questionamento que essa proposta poderia suscitar é o de sua relevância. Por que empreender um estudo argumentativo de um poema épico? Quais benefícios resultariam de tal estudo? A resposta mais simples (e, espero, também a mais eficaz) é a de que minha curiosidade acerca das práticas argumentativas das personagens do poema é oriunda de sua própria estrutura.

Como aponta Milton¹, as guerras e os feitos heroicos de cavaleiros foram sempre a matéria épica por excelência (IX. 28-40, p. 379²); Milton se declara avesso e inepto a semelhantes temas (IX. 40-41, p. 379), preferindo talvez “[...] the better fortitude / Of Patience and Heroic Martyrdom / Unsung” (“[...] a superior fortaleza da paciência ou do martírio heroico, ainda por ninguém cantados”, IX. 31-33,

p. 379) — que informará seus outros dois poemas bíblicos de maior porte, *Samson Agonistes* e *Paradise regain'd*. De fato, *Paradise Lost* é pouco bélico; há apenas duas passagens de batalha, sendo uma delas frustrada. A primeira é o momento em que Satã e Morte se preparam para um embate frente a frente que não ocorre, já que Pecado lhes informa dos laços de sangue que os impedem de duelar (II. 666-734, p. 248-249). A segunda é a narração pelo anjo Rafael da batalha travada nos Céus entre as forças de Lúcifer e os anjos fiéis a Deus (VI. 59-866, p. 327-344); ainda aqui, a maravilha e a ironia derrotam a crua descrição de embates, à moda da *Ilíada*. A invenção do canhão por parte de Lúcifer (VI. 470-491, p. 334-335), o levantamento das montanhas por parte dos anjos (VI. 633-669, p. 338-339) e a luminosa glória do Filho (VI. 746-772, p. 341-342) têm maior espaço, e exercem maior fascínio.

Às batalhas, Milton parece preferir o diálogo: parte substancial dos 12 cantos de sua sacra epopeia é despendida em conversas; destas, inúmeras tomam a forma de argumentações³. O próprio prazer do ato de conversar — ou, mais especificamente, deliberar

¹Milton alude à própria cegueira e à insônia (III. 22-55, p. 258-259; IX. 20-24, p. 378-379; a respeito da insônia, ver a edição de Milton e Teskey [2005, p. 57, nota 38.]). havendo, portanto, forte identificação entre o autor e o ‘eu’ que narra e se manifesta e o poeta. Podemos, portanto, conceber ‘Milton’ como uma personagem autobiográfica criada por John Milton para narrar o poema.

²Em todas as referências a *Paradise Lost*, ofereço inicialmente o livro (em numerais romanos) e os versos (em árabicos); a seguir, o número de página na edição de Hughes (1957).

³Cito alguns exemplos: no *Inferno*, os anjos rebeldes se reúnem em concílio e deliberam acerca do melhor modo de enfrentar o Altíssimo, se pela guerra ou pelo uso da ardil (II. 01-416, p. 232-236); Deus justifica que o homem não cairá por Sua escolha, mas por vontade e demérito próprios (III. 80-134, p. 260-261); Satã, ao ver a beleza do novo mundo, deliberava se não seria melhor se reconciliar com Deus (IV. 32-113, p. 278-280); quando Deus declara a supremacia do Filho, Lúcifer reúne os anjos sob sua liderança e os convence a se rebelar, no que é interpelado pelo anjo Abdiel (V. 772-907, p. 320-323).

por meio do diálogo aberto — é enfatizado tanto pelos anjos rebeldes (Belial defende que o Inferno, que permite aos anjos se reunirem em conselho, não é, por essa mesma razão, tão infernal) quanto por Adão (que busca subterfúgios para estender sua conversa com o anjo Rafael) e Eva (que prefere ouvir em conluio íntimo do esposo o que dissera o anjo, para que o diálogo aumente o prazer da intimidade) (respectivamente: II. 164-165, p. 236; VIII. 206-216, p. 367-368; VIII. 40-57, p. 363-364).

Além da abundância de passagens dialogadas e do marcado prazer na conversa, o épico ainda conta com uma ênfase na razão. A palavra *reason* aparece 38 vezes ao longo do poema, aparecendo ainda outras vezes em formas derivadas (*reasons*, *reasoned*, *reasoning[s]* e *reasonless*)⁴; seus usos marcam o desejo das personagens em fazer o que é racional, e em justificar racionalmente os próprios atos. Para Milton, é de suma importância que suas personagens tenham ciência de que agem como agem porque seu poder de raciocínio e sua liberdade para a ação as inclinam a tal, tornando-se imprescindível lhes dar ampla voz e espaço para chegarem a suas prescindíveis e fatais conclusões. Isso reforça a importância de que haja, ao longo do poema, diálogos (ou solilóquios) que forneçam arrazoados das posturas e condutas das personagens.

Toda essa ênfase no debate e na racionalidade não deveria, contudo, convencer-nos imediatamente de que as personagens estão sendo racionais: o próprio Milton alertará seus leitores da falsidade de “[...] words clothed in reason's garb” (“[...] palavras vestidas com os atavios da razão”, II. 226, p. 237). Como leitores, devemos suspeitar não só da racionalidade pura das personagens, mas da própria capacidade do poeta (que, afinal, tem seu *parti pris*) em reconhecê-la. Assim, parece-me que empreender um estudo que avalie o grau de anuência a práticas puramente racionais em situações argumentativas dentro do poema seria uma valiosa forma de avaliar sua construção, suas ênfases filosóficas (como a do livre-arbítrio) e mesmo a constituição psicológica de seu auxiliador: Satã.

O artigo está organizado como segue: inicialmente, explícito brevemente o que entendo por ‘argumento’ e ‘argumentar’, bem como quais são e como se estruturam as situações argumentativas. Neste ponto, baseio-me em Walton (2008), embora discorde dele em alguns pontos e opte por reorganizar e complementar sua descrição do *reasoned dialogue* (também assinalo que os termos abaixo empregados são muitas vezes equivalentes aos

de Walton, embora não suas traduções diretas). Esse arcabouço será usado para comentar uma cena crucial de *Paradise Lost*, cujo cerne é uma situação argumentativa.

Estrutura das situações argumentativas

Argumento e argumentação

Entendo o conceito de ‘argumento’ como o entende a lógica: um conjunto de asserções inter-relacionadas de tal modo que uma delas (a conclusão) é tornada necessariamente verdadeira caso também o sejam as antecedentes (as premissas). ‘Argumentar’, portanto, é provar a verdade de uma asserção pela montagem de ao menos um argumento. As asserções que compõem um argumento podem ser ‘verdadeiras’ ou ‘falsas’; o argumento a que compõem pode ser ‘válido’ (ou seja, estruturalmente bem-formado, de modo a haver transferência do valor de verdade das premissas à conclusão) ou ‘inválido’⁵.

Cabe notar que o termo ‘verdade’ pode soar um pouco forte, e inúmeras vezes inadequado: nem sempre temos como verificar de modo satisfatório o valor de verdade de nossas asserções (pense-se, por exemplo, em quando falamos do futuro, ou quando raciocinamos hipoteticamente). Melhor seria modalizá-lo e dizer que um argumento válido pode ser ‘verdadeiro’, ‘provável’ ou ‘possível’. Quanto maior o grau de certeza que carrega o argumento — ou seja: quanto mais fortemente se aproximar de um raciocínio necessário, não contingente — , tanto mais força argumentativa terá.

O ato de argumentar implica a existência de ao menos uma ‘tese’: uma asserção cujo valor de verdade é controverso, e que, portanto, precisa ser estabelecido por meio de investigação⁶. Essa controvérsia pode ser uma dúvida pessoal ou coletiva: mesmo quando é pessoal, estabelecem-se dentro do investigador ao menos dois lados, e, portanto, suas ideias vão entrar em contraste. Assim, toda argumentação é dialógica, pressupondo um estado inicial de dúvida ou desacordo; também, toda argumentação se voltará (idealmente) ao

⁵O exposto até aqui é *standard*, e qualquer manual de lógica provavelmente trará exposição que cubra todos esses pontos; posso, contudo, referendar o leitor mais especificamente a Marguti Pinto (2001).

⁶Talvez os termos ‘tese’ e ‘conclusão’ possam causar confusão, já que se trata, em um ou outro caso, de asserções que desejamos estabelecer como verdadeiras, prováveis ou possíveis. Emprego ‘conclusão’ para falar especificamente da asserção final de um argumento — aquela cujo valor de verdade deve ser garantido por uma estrutura que a une às premissas, a fim de garantir a transferência do valor de verdade destas. Embora as teses sejam, sem dúvida, conclusões de argumentos, são momentaneamente defendidas por uma cadeia argumentativa. A ‘verdade’ da tese defendida por Satã (abaixo explicitada) não é fruto de um único argumento, mas de um conjunto progressivo e inter-relacionado de argumentos que vai estabelecendo asserções progressivamente, até que essa conclusão em particular possa ser provada e encerrar o debate. Assim, uma tese é, digamos, uma conclusão-alvo, fruto de uma cadeia argumentativa, e não de um argumento isolado.

⁴Segundo a *Concordance* de John Bradshaw (1894) para a obra poética de Milton.

'convencimento': um arguidor que defende a tese A deseja que seu interlocutor também creia que A é verdadeira; seus esforços serão no sentido de montar uma cadeia argumentativa que demonstre ser A necessária ou altamente provável. Para tal, terá de interferir nas crenças do seu interlocutor (WALTON, 2008, p. 13). Walton chama esse sistema de crenças de *commitment-set* (baseando-se em HAMBLIN, 1970); poderíamos, em situações de debate estritamente abstrato, também chamá-lo 'arcabouço teórico'.

Inicialmente, cada interlocutor visa a fazer o outro abandonar a própria tese em favor (de uma) da(s) contrária(s); pode também, como objetivo secundário ou intermediário, visar a alterar o arcabouço teórico do outro. Cada interlocutor terá, assim, de recorrer a modos válidos de interferência, que atuem eficazmente sobre as crenças do outro. O único modo de fazer isso é empregar, na montagem de nossos argumentos, premissas que façam parte do arcabouço teórico de nosso interlocutor (WALTON, 2008, p. 5): é necessário demonstrar-lhe que, se crê em A, então deverá necessariamente crer também em B. Ser 'racional', portanto, em uma situação argumentativa, é tentar angariar convencimento através de estratégias eficazes. Idealmente, argumentar é uma atividade estritamente teórica, que visa ao acordo de crenças.

Componentes das situações argumentativas

Vimos, até aqui, que, em um debate, há (1) 'interlocutores' sustentando argumentativamente (2) 'teses' em relação às quais têm um (3) 'objetivo', alcançado através de certos (4) 'meios'. Cada um desses itens pode se manifestar de mais de um modo. Vejamos.

Quanto ao número de interlocutores, podemos ter as seguintes situações:

Solilóquio. Um único investigador pode oscilar entre duas ou mais teses, contrastando-as e as avaliando mentalmente. Pode, também, simular diálogo com um ouvinte/leitor ideal, prevendo seus contra-argumentos para defender a própria tese.

Diálogo. Quando há dois ou mais interlocutores anuindo a teses mutuamente excludentes, ou atribuindo valores de verdade distintos para a mesma tese.

Em segundo lugar, as teses defendidas podem ser de três tipos:

Teóricas. Mais racionais; visam ao estabelecimento da verdade sem vistas à ação. A situação de debate na qual as teses são teóricas deve ser considerada parâmetro de racionalidade, embora de modo algum a única, e talvez sequer a mais comum.

Práticas arrazoadas (ou teórico-práticas). Intermediárias; visam ao convencimento, porém com vistas à ação. Não podem ser consideradas estritamente teóricas, pois há certos tipos de argumentos e certas práticas argumentativas que seriam absolutamente incabíveis no caso de uma discussão estritamente teórica, que podem ser bastante pertinentes no caso de uma discussão acerca de como agir.

Volitivas. Menos racionais, chegando à irracionalidade; visam ao alcance de objetivos pessoais, sendo a (aparência de) verdade meramente instrumental. A tese em si pode ser um mero instrumento para a satisfação dos desejos de seu proponente, que não lhe deve sequer anuência.

É importante notar que a diferença entre os tipos de tese não está na estrutura interna dos argumentos que as têm como conclusões, tampouco na estrutura da cadeia argumentativa, mas na 'atitude' do arguidor. No caso de teses teóricas e práticas arrazoadas, os participantes abrem mão de seus desejos e interesses pessoais em prol das teses melhor estabelecidas, ou do plano de ação considerado mais racional. No caso de teses volitivas, estão inteiramente a serviço da vontade de quem as defende. Isso pode interferir no modo como serão defendidas.

Também podem ser dois os tipos de objetivos:

Acordo. Os participantes chegam a um consenso, saindo ambos satisfeitos, ao menos em certa medida. Note-se que, dada a natureza de certas práticas investigativas, o acordo pode ser interno a um investigador solitário.

Vitória. Cada participante deseja prevalecer sobre o oponente. Aqui, há necessidade de mais de um participante, mas não exatamente de uma tese. O uso da razão pode ser meramente instrumental, não estando vetado, mas não sendo preferencial sobre outros métodos. Enquanto o acordo aceita fazer concessões (nada impede que ambos os interlocutores saiam satisfeitos), no caso da vitória, um dos interlocutores deve sair em desvantagem (derrota em competição, perda de algo que lhe seja caro, humilhação etc.).

Finalmente, esses objetivos podem ser alcançados através dos seguintes meios:

Convencimento. Os participantes buscam interferir no sistema de crenças uns dos outros, gerando crenças novas ou alterando os valores de verdade de crenças antigas. Ao final, devem concordar quanto ao valor de verdade da(s) tese(s) original(ais); estão dispostos, portanto, a expor francamente seus sistemas de crenças, oferecendo-os ao escrutínio dos demais debatedores e aceitando modificá-los caso sejam considerados inconsistentes ou errôneos. Esse convencimento pode satisfazer

curiosidade puramente teórica, ou ser a base de ações futuras arrazoadas. Só é possível acordo por convencimento; não é, contudo, refratário à vitória.

Anuênciia forçada. Simulação de convencimento por um dos participantes, que se autossilencia e finge concordar com o oponente. É específico da vitória, mas neste caso o participante derrotado ou desistente admite apenas para si a derrota ou a impossibilidade de prosseguir a discussão.

Silenciamento. Interrupção do diálogo, na qual um dos interlocutores consegue coagir o outro a parar de se manifestar. É específico da vitória, exercendo violência sobre o interlocutor derrotado.

Coação. Um dos participantes obriga outro a executar ações contrárias a seus desejos ou crenças. É específico da vitória, exercendo violência sobre o interlocutor derrotado. Ocorre em debates versando sobre como agir em dada situação.

Tipologia das situações argumentativas

Como foi dito acima, nem todas as situações argumentativas são teóricas e, portanto, nem todas colocam a verdade e seus meios legítimos de busca em primeiro plano. Passo a descrever as possíveis situações argumentativas; a relação está ordenada progressivamente, das mais marcadamente racionais até as mais marcadamente irracionais. As duas primeiras podem ser consideradas modelares⁷.

Diálogo filosófico. Visa ao acordo por convencimento entre os debatedores, através do contraste entre teses teóricas, contrárias e mutuamente excludentes. Não tem consequências práticas. As teses podem assumir duas formas:

- (1) ($A \wedge \neg A$);
- (2) ($((A \rightarrow \neg B) \wedge (B \rightarrow \neg A))$)⁸.

No primeiro caso, debate-se o valor de verdade de uma única tese; no segundo, há (ao menos) duas teses, de modo que a verdade de (cada) uma implica a falsidade da(s) outra(s). Apesar do termo ‘diálogo’, pode também ser levado a termo por um único participante, que oscila entre opiniões contrárias ou tenta antever argumentos contrários à sua posição. O objetivo é, como vimos, atuar sobre o arcabouço teórico do interlocutor. Neste processo, também as teses originais podem ser reformuladas.

⁷A tipologia das situações é derivada de Walton (2008, p. 3-8). As explicações, contudo, foram adaptadas para dar conta das categorias propostas na seção 1.2. Walton considera apenas o que chama de *reasoned dialogue* (e que optei por chamar de ‘diálogo filosófico’) como modelar. Creio ser a investigação mais racional, justamente pela ausência absoluta de compromisso prévio com qualquer tese; é guiada pela curiosidade, não pela convicção. Não obstante, dado o caráter necessariamente dialógico de toda inquietação racional, a ênfase na contrariedade de teses presente no diálogo filosófico torna-o modelo igualmente indispensável de situação argumentativa.

⁸Leia-se: 1) Ou é o caso que A, ou não é o caso que A; 2) ou é o caso que A e, portanto, não é o caso que B, ou é o caso que B e, portanto, não é o caso que A.

O acordo final pode assumir quatro formas: 1) Idealmente, descobre-se a ‘verdade’ acerca do ponto controverso; 2) Já que não é possível termos certeza acerca de havermos alcançado ou não a verdade no tangente a assuntos teóricos, haveria ‘concórdia plena’: ambos passariam a sustentar a mesma tese e o mesmo arcabouço teórico, sendo este mais firmemente constituído e mais resistente a ataques que os sistemas anteriores a que anuíam; 3) Também pode-se aceitar como situação final que os arcabouços teóricos e/ou as teses se modifiquem para se tornarem não iguais, mas mais próximos; 4) Finalmente, pode-se chegar a um ‘impasse’: a impossibilidade de se alcançar uma tese conclusiva acerca do assunto debatido. Mesmo, porém, quando há impasse, pela interferência mesma nos arcabouços teóricos, há um fortalecimento destes, que devem se tornar mais resistentes a ataques, embora não se tornem imbatíveis.

Investigação. Envolve exame de evidências para se chegar a uma conclusão racional. Seu objetivo é esclarecer algum ponto controverso pela coleta e contraste de dados. As teses não precisam ser estritamente teóricas, tampouco estarem estabelecidas de antemão. Pode ser levada a termo por um único participante; quando é desenvolvida coletivamente, os participantes não se opõem a si, mas cooperam para chegar à mais racional conclusão possível, pautada nos mais sólidos e incontroversos dados que conseguirem coletar.

Deliberação. Objetiva o acordo entre os interlocutores, que desejam ou necessitam decidir como agir em dada situação. As teses defendidas, em princípio, são práticas arrazoadas, mas certas teses volitivas podem ser relevantes. Pode ser levada a termo por um único participante, que oscile entre conclusões distintas e as contraste. Se as teses volitivas assumirem força em demasia, pode degenerar (aberta ou secretamente) em negociação.

Negociação. Objetiva o acordo entre negociantes que desejam o avanço de seus interesses e objetivos. Como se trata de garantir a satisfação de desejos, e não de estabelecer a verdade, estratégias não racionais podem ser relevantes. Não é refratária à vitória de apenas um dos negociantes. Embora o convencimento possa ser o meio preferível de se alcançar o objetivo, a possibilidade de satisfação unilateral pode convidar os demais meios a tomarem parte.

Debate. Visa à vitória sobre ao menos um oponente. Cada participante defende uma tese, mas seu objetivo não é exatamente o convencimento teórico dos oponentes; basta silenciá-los, de modo a fazer com que a própria tese pareça a mais solidamente estabelecida. Normalmente, há árbitros que deliberam acerca da pertinência das colocações

dos oponentes e de sua conformidade a um conjunto preestabelecido de regras. Desse modo, a vitória só é legítima se dada dentro de limites acordados de antemão. Não é, porém, absolutamente necessário que a vitória se dê pelo uso de estratégias puramente racionais. Embora a argumentação racional possa ser considerada a estratégia principal para se alcançar a vitória, a mera aparência de verdade ou o silenciamento dos oponentes podem ser igualmente eficazes. O debate poderia ser considerado o equivalente linguístico do ‘combate’ — o enfrentamento regrado e físico entre oponentes.

Briga⁹. Envolve confronto (normalmente feroz e passional) entre ao menos dois participantes. Visa à vitória. Para tal, não é de modo algum necessária a recorrência a estratégias racionais. Também a briga pode ser levada para fora do estritamente linguístico e os oponentes podem se tornar fisicamente agressivos.

A Figura 1 apresenta um quadro comparativo que resume as diferenças entre essas situações, utilizando os componentes da situação argumentativa anteriormente elencados:

Situação	Interlocutores	Teses	Objetivos	Meios	Distinções adicionais
Diálogo	d s	t	a	c	As diferenças entre o diálogo e a investigação são, nesta, o caráter mais marcadamente cooperativo e a ausência de teses previamente defendidas.
Investigação	d s	t	a	c	
Deliberação	d s	p v	a	c	
Negociação	d	v	a vit	c af sil coa	O debate é uma competição
Debate	d	v	vit	c af sil	organizada, visando à vitória — daí suas teses serem volitivas, embora possam parecer teóricas ou práticas —; pode ser acirrado e violento, embora não passional.
Briga	d	v	vit	af sil coa	

Figura 1. Quadro comparativo das situações argumentativas. *d*: diálogo; *s*: solilóquio; *t*: tese teórica; *p*: tese prática arrazoada; *v*: tese volitiva; *a*: acordo; *vit*: vitória; *c*: convencimento; *af*: anuência forçada; *sil*: silenciamento; *coa*: coação.

Diretrizes para participantes de situações argumentativas

Os participantes de uma situação argumentativa deveriam, em princípio, assumir certos compromissos que garantam o mais perfeito andamento da discussão. Dentre os pontos pertencentes a esse código de conduta, destaco os seguintes¹⁰:

⁹Walton utiliza o termo *quarrel*, que parece se restringir a uma alteração verbal. Prefiro o termo ‘briga’ para abranger o que me pareceria o máximo da irracionalidade, o combate físico guiado pelo impulso emocional.

¹⁰Relação resumida e reorganizada de Walton (2008, p. 16-17).

Honestidade: parece natural que, em uma situação de busca conjunta pela verdade, os participantes não omitam ou distorçam dados. Devem, portanto: definir claramente de que tipo de situação argumentativa se trata; definir claramente as teses defendidas; ser sinceros e explícitos em relação a seus interesses e seus sistemas de crenças. Por outro lado, não devem alterar secretamente o tipo de situação argumentativa (converter um diálogo filosófico acerca de teologia em uma negociação acerca de cargos episcopais, por exemplo).

Cooperação: a sinceridade é a mais importante prova de cooperação entre os participantes, mas há outras, dentre as quais: oferecer provas, definições e esclarecimentos sempre que solicitado; perguntar e responder de modo relevante; evitar desvios, tais como defender a tese errada, afastar-se do foco da discussão, etc.; não迫使 o final do debate até que se chegue a um acordo, ou, ao menos, até que todos concordem explicitamente em suspendê-lo.

Situações argumentativas em *Paradise Lost*: análise do diálogo entre Satã e Eva

Passo agora a empregar esse quadro descritivo para compreender o diálogo entre Eva e Satã, no qual é finalmente convencida a comer do fruto (IX. 532-781, p. 391-396). O contexto em que isso se dá é o seguinte: Satã possui a Serpente e sai à procura de Adão e Eva. Estes estão prestes a iniciar seu trabalho matinal, quando Eva propõe que cuidem do jardim separadamente. Adão a aconselha a ficarem próximos, devido ao inimigo acerca do qual foram alertados pelo anjo Rafael. Eva insiste e os dois se separam. Satã encontra-a sozinha, e a convence de que a Serpente adquiriu inteligência ao comer certo fruto. Guia-a ao fruto; reconhecendo tratar-se do fruto da árvore que lhes fora interdita, em princípio Eva se recusa a comê-lo, mas Satã argumenta pesadamente em favor de que o coma. Eva, após repassar mentalmente os argumentos de Satã, convence-se e come do fruto.

Interessa-nos, desta seção do nono livro, apenas a fala de Satã na qual defende que Eva coma do fruto (IX. 679-731, p. 394-395). Como uma análise minuciosa do trecho seria demasiado extensa, destinei a explicitação dos argumentos ao Anexo; abaixo, faço um apanhado sintético, referendando os comentários aos argumentos montados no Anexo através das letras maiúsculas que identificam cada um.

Devemos, contudo, ter em mente que analisar argumentos reais (ou seja, não elaborados com propósitos pedagógicos) é uma atividade sutil, devido ao fato de ser altamente inferencial; nem sempre nossos interlocutores explicitam premissas e

conclusão de modo suficientemente próximo a um modelo formal. No mais das vezes, temos de inferir ou algumas premissas (muitas vezes de caráter genérico) ou a própria conclusão. Assim, as conclusões abaixo expressas, bem como os argumentos constantes do Anexo, são o resultado de minha aplicação do *principle of charity* - a boa vontade em relação ao arguidor, que faz com que tentemos montar seus argumentos do modo mais convincente e válido possível (WALTON, 2008, p. 142) - aos versos de Milton¹¹.

Após essas ressalvas, começemos pela classificação do diálogo¹² de acordo com os parâmetros acima estabelecidos, conforme a Figura 2, abaixo:

Situação	Interlocutores e teses	Objetivos	Meios
deliberação	Serpente (Satã): Eva deve comer do fruto. (C) (Satã: A humanidade deve ser arruinada.) Eva: ($\neg C$)	acordo (vitória)	convencimento

Figura 2. Classificação do diálogo entre Eva e Satã (Paradise Lost IX. 532-781).

Satã deseja arruinar a humanidade; para tal, deve fazer com que Eva coma do fruto que lhe fora proibido. Esse objetivo prático, envolvendo tomada de decisões com vistas à ação, faz com que o diálogo seja uma ‘deliberação’. Fazer, porém, com que Eva coma do fruto não é o bastante. Como a queda do homem só se dará se for por escolha própria, Eva não pode ser coagida a comer; deve estar ‘convencida’ de que é de fato a melhor coisa a se fazer. Assim, a Serpente e ela deveriam entrar em acordo de que esta é a ação mais benéfica e racional que ela poderia tomar. A asserção “Eva deve comer do fruto” - explícita no comando “[...] reach, then, and freely taste” (“[...] tome os frutos, portanto, e coma livremente”, IX. 731, p. 395) - compõe a tese central avançada pela Serpente. Eva não avança tese própria, mas está em dúvida acerca de seu valor de verdade, posto que conhece motivos contrários ao consumo do fruto; na terminologia de Walton, seu papel é estar *weakly opposed* (2008, p. 12) à tese, questionando-a. Embora não questione abertamente os argumentos de Satã, estes visam a alcançar seu sistema de crenças e, portanto, Satã se adianta ao que supõe que ela poderia dizer.

Como se vê, trata-se de disputa do tipo (C w

¹¹No caso das personagens míticas, uma dificuldade inicial na aplicação do *principle of charity* é sua inocência. Eva não tem experiência do pecado, nem da morte. A argumentação de Satã é, em muitos pontos, próxima ao senso comum do leitor de Milton — por exemplo, quando afirma que comer do fruto da árvore do bem e do mal é uma transgressão pequena —, mas é difícil imaginar como Eva, que não tem noção do que seja transgredir, poderia julgar a gravidade de qualquer ato condenável ou interdito. Deveremos, portanto, ter em mente que os argumentos de Satã são inteligíveis ao leitor e, por extensão, um leitor menos inquisitivo teria propensão a supor que são suficientemente inteligíveis a Eva.

¹²Trata-se de um diálogo, embora a parte estritamente argumentativa caiba apenas a Satã, uma vez que Eva não lhe oferece qualquer resposta após haver apontado a proibição de comer do fruto.

$\neg C$): ou é o caso que Eva deva comer do fruto, ou não é o caso que Eva deva comer do fruto. Os argumentos de Satã podem ser organizados em três frentes, como segue.

Ataque à proibição de comer do fruto

(A) Não é verdade que você morrerá (se desobedecer à proibição e comer do fruto).

(C) A proibição de comer do fruto não é justa.

(D) Deus não poderia punir com a morte a transgressão de comer do fruto.

(J) Deus não pune (ou ameaça punir) por comer do fruto. (Quem pune ou ameaça punir por comer do fruto não é Deus).

(K) Se alguém não é justo não é Deus.

(L) Quem não é justo não deve ser temido nem obedecido.

(F) Não é certo que a morte seja ruim.

(I) Não é certo que o mal existe.

Eva acredita que, se comer do fruto, morrerá. Satã joga duplamente com essa asserção. Por um lado, demonstra que é falsa de dois modos: nem o fruto em si causa a morte (A'), nem quem o proibiu punirá fatalmente seu consumo (A''). Por outro, aceita-a, propondo um novo conceito de ‘morte’ (O): em primeiro lugar, lembra a Eva que ela de fato não sabe o que significa ‘morrer’ (F); mais tarde, proporá que ‘morrer’ significa ‘ascender ontologicamente’ (O). Desse modo, ora parece descartar a asserção em que originalmente crê Eva, ora a reformula; ambas as atitudes, porém, podem ser harmonizadas: não é verdade que morrerá se ‘morrer’ significa ‘deixar de existir’; é verdade que morrerá se ‘morrer’ significa ‘ascender ontologicamente’.

Além de questionar a eficácia da punição, também questiona sua justiça (C). Baseado nos efeitos benéficos e (portanto) recomendáveis do fruto (B, H), dirá que é injusto que tais benefícios estejam vetados aos homens; reforçará isso demonstrando que aos animais o fruto esteve disponível (já que a Serpente dele comeu). Dirá que, se se trata mesmo de transgressão, é pequena, e um deus justo não poderia aplicar tão pesado castigo a tão leve crime (J, K); complementará dizendo que transgredir, nesse caso, é ato de laudável coragem (E). Também buscará demonstrar que os deuses podem ter razões menos que nobres para proibir o fruto: desejam ser adorados, o que não poderá mais ocorrer se a humanidade se lhes igualar em conhecimento (M)¹³.

¹³Seria pertinente perceber como esse argumento dá mostras do alto valor da racionalidade em *Paradise Lost*. A Serpente se tornou ‘humana entre os animais’, ou seja: iguala-se aos homens em conhecimento, não em aparência. Do mesmo modo, portanto, Eva seria ‘deusa entre os homens’, mantendo-se humana, mas com conhecimento igual ao dos deuses. O conhecimento parece ser tratado como a característica mais importante dos seres vivos — mesmo

Finalmente, questionará se os deuses têm mesmo direito a proibir o consumo do fruto. Jogará dúvidas acerca de seu poder para criarem o universo, e sobre a existência mesma da proibição, já que a árvore interdita está fisicamente ao alcance dos homens (e antes mesmo já dera a entender que somente Adão e Eva seriam suficientemente altos para alcançar o fruto, ou seja: é como se houvesse sido feito para que dele provassem [IX. 590-591, p. 392]) (M, P, Q, R, S).

Também aqui, e de modo um pouco mais evidente, o comprometimento teórico de Satã oscila: ora aceita se tratar de uma proibição (rebatendo-a como injusta), ora aceita-a como proibição leve (rebatendo a punição como injusta), ora nega que seja efetiva (apontando condições práticas não cumpridas para que o fosse), ora nega que os deuses tenham mesmo o direito de a promulgar (apontando que podem não ser responsáveis pela criação do universo).

Argumentos em favor de se comer do fruto

(G) Conhecer o bem e o mal é benéfico, desejável e recomendável.

(B) (H) Comer do fruto é benéfico, desejável e recomendável.

(O) Morrer é benéfico, desejável e recomendável.

(E) Deus deve reconhecer a virtude de Eva caso ela coma do fruto.

(N) É justo que os homens ascendam ontologicamente. (Igualando-se aos deuses.)

Além de questionar o valor de verdade das asserções que vetam o consumo do fruto, Satã proporá teses que o recomendam. O testemunho da Serpente — o fato mesmo de a Serpente ser ‘capaz’ de dar testemunho — é prova de que seu consumo é benéfico, pois aumenta o conhecimento e a inteligência de quem o come (A', B, H). Também afirma que, para seguir o bem e evitar o mal, é necessária consciência do que constitui a bondade e a maldade (G). Finalmente, não só nega que Deus puniria Eva por sua (justa) transgressão, mas afirma que o Altíssimo estaria satisfeito com ela, dados os benefícios que resultariam desse ato (E, J, K).

Se, antes, Satã derrubara ou reorganizara as crenças de Eva, aqui parte de asserções das quais sua vítima supostamente compartilha: o conhecimento é benéfico, a bondade é desejável, atos virtuosos são louváveis. Também devemos notar que, mais uma vez, Satã oscilará entre posições. Tentará Eva a

sem se tornar deuses, os homens lhes seriam suficientemente semelhantes para não mais lhes serem reverentes.

comer o fruto tanto fazendo de Deus imagem favorável (como ser justo, há de louvá-la [E]) como desfavorável (J, K, L).

Ataque aos deuses

(P) Não sabemos quem de fato são os deuses.

(Q) (R) Não é certo que os deuses hajam criado o universo.

(S) Ou não é certo que haja mal no fato de a humanidade adquirir conhecimento, ou não é certo que os deuses hajam criado o universo.

(M) Os deuses proibiram a humanidade de comer do fruto para serem adorados pelos homens.

(T) Se alguém age por avareza, não é um deus.

Eva acredita que os deuses são justos, que são superiores aos homens, que criaram o universo e que proibiram que a humanidade comesse do fruto da árvore do bem e do mal. A terceira estratégia de Satã para convencê-la a comer do fruto será lançar dúvidas sobre os deuses, sua justiça (C, D, K, L), seu papel na criação do universo (Q, R) e, portanto, seu direito mesmo a promulgar leis. Este é o momento mais marcadamente cético de sua argumentação, no qual predomina o questionamento de asserções — que talvez não sejam finalmente refutadas, mas cujo valor de verdade é suspenso.

Na segunda parte de sua fala, Satã pergunta a Eva que razões teriam os deuses para promulgarem uma proibição injusta (para ele já está estabelecido que é injusta [C]). Afirma, como vimos, que desejam ser adorados, o que só poderá ocorrer se a humanidade permanecer ignorante e, portanto, inferior a eles (M). Assim, além de questionar a justiça da proibição através das vantagens da transgressão, questiona-a através dos motivos de quem a promulgou - um argumento *ad hominem* que, rigorosamente falando, teria força apenas para lançar dúvidas, não para provar que a proibição é injusta. Ocorre, porém, que Satã já se deu ao trabalho de provar que é esse o caso (C).

A seguir, fazendo uso de um ceticismo empírico de que já lançou mão alhures¹⁴, mostrará que Eva não tem experiência sensível de ver os deuses produzindo algo que nos leve a concluir que têm força para criar o universo (Q, R). Aceita, porém, que os deuses preexistem (asserção de que nem ele nem Eva têm tampouco experiência sensível comprobatória), e que usam desta vantagem: como não vimos como o universo foi criado, podem dizer que foram eles.

¹⁴Em sua contenda com Abdiel, quando afirma que ninguém foi testemunha da própria criação; assim, ninguém poderia reconhecer a Deus como o autor de seu ser para além de qualquer dúvida (V. 853-859, p. 322).

Considerações finais

Pode-se constatar que Satã lança mão de argumentos céticos (abalando certezas sem substituí-las), argumentos que derrubam asserções pertencentes ao sistema de crenças de Eva e argumentos que o confirmam, avançando teses que deveriam ser, de acordo com esse sistema mesmo, verdadeiras. Seu objetivo, conforme apontado anteriormente, é prático (deseja que ela coma o fruto), mas só será alcançado de modo eficaz se a ação desempenhada por Eva for racional. O solilóquio de Eva ao final da fala de Satã (IX. 744-779, p. 395-396), no qual reproduz para si mesma os argumentos propostos por seu arguidor, pode ser tomado como indicativo de que deseja agir somente se estiver convencida. Para Satã, porém, não importa qual linha de raciocínio a convença, contanto que ao menos ‘uma’ angarie convencimento. Por essa razão, não está particularmente preocupado com a coerência interna de sua bateria de argumentos.

Satã é um arguidor adequado? Está cumprindo todos os quesitos de uma deliberação racional? Não. De que modo, então, deixa de se portar como um arguidor estritamente racional? Em primeiro lugar, esconde sua carta de intenções; como vimos, um debate racional exige que os participantes sejam sinceros quanto a seus objetivos e seu arcabouço teórico; também devem concordar acerca do tipo de situação argumentativa de que tomam parte. Ao possuir a Serpente e usá-la para falar, disfarça sua identidade, escondendo assim de Eva que seu real interesse na deliberação é a ruína da humanidade, ou seja, disfarça a natureza de seus argumentos, que, embora pareçam avançar uma tese prática arrazoada (é racional que Eva coma do fruto), trabalham em prol de uma tese volitiva secreta (a humanidade deve ser arruinada). Eva pensa que a Serpente está sinceramente preocupada com o bem-estar da humanidade; a real intenção de seu interlocutor, que seria mais do que suficiente para lançar pesadas dúvidas acerca da validade de seus argumentos, e talvez a fizesse exigir provas bem mais sólidas do que lançar dúvidas ou oscilar entre pontos de vista discordes, é justamente sua ruína.

Em segundo lugar, Satã não só mente, mas se excede ao generalizar a partir da mentira. Possuir a Serpente lhe permite simular os efeitos do fruto; apresenta, portanto, um dado empírico crucial, mas inegavelmente falso. Essa mentira é tornada ainda mais perniciosa (pois ainda mais eficiente) quando generaliza hiperbolicamente a partir dela. A Serpente afirma que ‘nenhum’ ser morreria ao comer do fruto e que o fruto é benéfico, pois ela mesma foi beneficiada e não morreu (A’). Um único

contraexemplo não é suficiente para estabelecer a falsidade da ameaça de morte: sua ‘universalidade’ estaria certamente comprometida (não é verdade que ‘todos os seres’ morrerão ao comer do fruto, pois existe ‘ao menos um’ que comeu e não morreu), não sua eficácia em ao menos alguns casos.

Em terceiro lugar, suas mentiras e sua oscilação entre teses que não se coadunam é instrumental para alcançar convencimento de um arguidor que não disponha de tempo para desemaranhar sua rede argumentativa ou condições de verificar premissas falsas, mas demonstra outro lapso como arguidor racional: Satã defende teses nas quais não acredita; embora questione a criação do universo pelos deuses enquanto fala com Eva (e, antes, Abdiel), em outro momento aceitara Deus como seu criador de modo inconteste (IV. 42-45, p. 278). Seu ceticismo é insincero.

Finalmente, para falar de trechos circunvizinhos a esses argumentos citados, Satã interfere nas crenças de Eva de modo não argumentativo. A descrição que faz de Eva ao abordá-la (IX. 532-548, p. 391) já pressupõe e convida à aceitação de alguns dos pontos de que sua argumentação tratará: seus elogios a Eva pressupõem, por exemplo, sua semidivindade e soberania; afirma que sua beleza deveria participar da companhia dos anjos e que ter apenas Adão para apreciá-la é injusto. Tudo isso, se aceito, convida à ambição de se igualar aos deuses (N). Também, no momento em que afirma que Deus louvaria sua virtude ao transgredir a proibição (E), lança mão de elogios e a convida a imaginar um prêmio que provavelmente a torna volitivamente mais propensa a crer nas vantagens da proposta da Serpente. Apela, assim, emocionalmente ao orgulho e à vaidade de Eva (demonstradas em outros trechos do épico¹⁵) para que aceite uma opinião acerca de si mesma que é conforme a alguns de seus argumentos.

Em linhas gerais, Satã se mostra um arguidor inteligentíssimo. Em primeiro lugar, é bem-articulado, e avança muito rapidamente grande número de argumentos, o que tanto pode convencer pela aparência de verdade como desnortear pela falta de tempo para seu interlocutor analisar o que ouve. Em segundo lugar, ataca uma mesma asserção de diversos modos; se perde em coerência, ganha em amplitude: Eva deve comer o fruto caso creia que Deus é justo; também deve comê-lo caso creia o contrário; deve comê-lo, pois a proibição é irreal ou simplesmente ineficaz; também deve comê-lo caso pense que é real, pois é injusta. Conforme dito anteriormente, os objetivos secretos de

¹⁵ Quando Eva é criada, enamora-se de seu reflexo em um lago; também, quando Adão a admoesta a não se separar dele devido ao perigo que os ronda, ofende-se por ser considerada mais fraca, o que faz com que insista na separação (respectivamente: IV. 453-467, p. 289; IX. Argument, p. 378).

Satã (extirpar vitória a Deus e à humanidade por meio da ruína desta) e sua motivação volitiva não repelem semelhantes práticas.

Desse modo, o estudo argumentativo empreendido cumpriu seu propósito de auxiliar na compreensão da personagem central de *Paradise Lost*, e, com isso, auxiliar a compreensão do texto. De fato, Milton constrói Satã como uma personagem inteligente e convincente, porém desonesta. Leituras de *Paradise Lost* mais favoráveis à revolta do anjo caído podem talvez minorar esse último fato, concentrando-se (com certa razão) em questionar junto com Satã a supremacia ‘natural’ da Divindade.

Referências

BRADSHAW, J. **A concordance to the poetical works of John Milton**. Londres: Swan Sonnenschein and Co., 1894.

HAMBLIN, C. L. **Fallacies**. Londres: Methuen, 1970.

MARGUTTI PINTO, P. R. **Introdução à lógica simbólica**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MILTON, J.; TESKEY, G. **Paradise Lost** (Norton critical edition). Londres/Nova Iorque: Norton, 2005.

MILTON, J. *Paradise Lost*. In: HUGHES, M. Y. (Ed.). **Complete works and major prose**. Indianapolis: Hackett, 1957. p. 173-469.

WALTON, D. **Informal logic: a pragmatic approach**. 2nd ed. Cambridge/Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008.

Received on December 9, 2011.

Accepted on April 13, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Anexo: montagem da cadeia argumentativa da fala de Satã

A1. Tradução em prosa da fala de Satã¹⁶

[Primeira parte] Rainha do Universo, não acredite nas rígidas ameaças de morte: (**A**) você não morrerá. (**A'**) Como poderia morrer? Pela ação do fruto? Ele lhe dá vida através do conhecimento. (**A''**) Pela ação de quem a ameaça? Olhe para mim: toquei e provei do fruto, e não só estou vivo, (**B**) mas também alcancei uma vida mais perfeita do que a que me era destinada, ao me aventurar além de minha sorte. (**C**) Acaso o que aos animais é permitido estaria interdito aos homens? (**D**) Ou Deus acaso se enfureceria por transgressão tão pequena? (**E**) Ao invés de louvar sua destemida virtude — você, a quem a proclamada pena de morte ([**F**] o que quer que seja a Morte) (**E, cont.**) não impediu de obter o que lhe levaria a uma vida mais feliz, o conhecimento do Bem e do Mal: (**G e H**) quão justas são as coisas boas? Quanto às más ([**I**] se é que o mal é real), (**G e H, cont.**) por que não conhecê-las, se assim fica mais fácil evitá-las? (**J**) Deus, portanto, não pode feri-la e ser justo; (**K**) se não é justo, não é Deus; (**L**) não deve ser temido, nem obedecido. Seu modo mesmo da morte elimina o medo.

[Segunda parte] Por que então o fruto foi proibido? [**M**] Que outra razão haveria senão causar assombro, para que vocês se mantivessem rebaixados e ignorantes a adorá-lo? Ele sabe que, no dia em que comerem do fruto, seus olhos — que agora parecem claros, mas que são opacos — alcançarão visão em tudo ampla e clara, e serão como deuses, conhecendo o bem e o mal como eles. [**N**] Mas que vocês se igualem aos deuses, assim como me igualei internamente aos humanos, não é senão alcançar a justa proporção das coisas. [**O**] Desse modo, talvez morram ao se desvestir do humano para investir-se do divino — morte desejável, embora usada como ameaça, e que nada pior que isso poderia trazer. [**P**] E quem são os deuses para o homem não deva se lhes igualar, participando do alimento divino? [**Q**] Os deuses existiam antes de nós, e tomam vantagem disso para formar nossa crença de que tudo provém deles. Questiono isso, pois vejo esta bela terra, produzir todas as coisas aquecidas pelo sol, enquanto nada lhes vejo produzir. [**R**] Se criaram todas as coisas, quem encerrou o conhecimento do bem e do mal nesta árvore, para que quem quer que dela coma o obtenha sem sua permissão? [**S**] E que mal haveria no fato de o homem vir a conhecer? Em que pode o seu conhecimento feri-los, ou esta árvore lhes oferecer que seja contrário à vontade dos deuses, se tudo a eles pertence? [**T**] Ou pode acaso a avareza habitar peitos celestes? Estas razões e muitas mais declararam sua necessidade a estes belos frutos. Humana deusa, tome-os, portanto, e coma livremente.

A2. Montagem dos argumentos

Legenda: A: argumento A. PA1: Primeira premissa do argumento A. CA: Conclusão do argumento A. Os argumentos serão diferenciados por meio de letras maiúsculas, em progressão alfabética. Ocionalmente, a mesma asserção poderá figurar em mais de um argumento.

A

CA: Não é verdade que você morrerá (se desobedecer a proibição e comer do fruto).

A'

PA'1: Comer do fruto aprimora a vida através do conhecimento.

PA'2: O que aprimora a vida não é mortal.

CA'1: Logo, não é verdade que você morrerá se comer do fruto. (O fruto não é mortal.)

A''

PA''1: Comi do fruto (desobedeci a proibição) e não morri. (Não fui morto por quem lançou a proibição.)

CA''2: Logo, não é verdade que você morrerá se desobedecer a proibição. (Quem lançou a proibição não a matará.)

B

PB1: Minha vida foi aprimorada ao comer do fruto. (Ao transgredir. Ao ser ousado.)

PB2: O que aprimora a vida é benéfico, desejável e recomendável.

CB: Logo, comer do fruto é benéfico, desejável e recomendável.

¹⁶Minha tradução. Trata-se de uma tradução literal, sem vistas à expressão literária.

C

PC1: Não é justo que aos humanos seja proibido o que aos animais é permitido.

PC2: Comer do fruto é proibido aos homens.

PC3: Comer do fruto é permitido aos animais. (Pois a Serpente é um animal e comeu do fruto.)

CC: Logo, a proibição de comer do fruto não é justa.

D

PD1: Quem é justo não pune severamente uma transgressão pequena.

PD2: Deus é necessariamente justo.

PD3 A ameaça de morte é severa.

PD4: A transgressão de comer do fruto é pequena.

CD: Logo, Deus não poderia punir com a morte a transgressão de comer do fruto.

E

PE1 (= PD2): Deus é necessariamente justo.

PE2: Quem é justo reconhece e louva as virtudes.

PE3: A coragem é uma virtude.

PE4: Eva, ao comer do fruto, seria corajosa (e virtuosa).

CE: Logo, Deus deve reconhecer a virtude de Eva caso ela coma do fruto.

F

PF1: Para saber se algo é ruim, devemos conhecê-lo.

PF2: Você não conhece a morte.

CF: Logo, não é certo que a morte seja ruim.

G

PG1: Para praticar o bem e evitar o mal, deve-se conhecê-los.

PG2: Praticar o bem e evitar o mal é benéfico, desejável e recomendável.

CG: Logo, conhecer o bem e o mal é benéfico, desejável e recomendável.

H

PH1(= PB1): Comer do fruto dá conhecimento do bem e do mal.

PH2 (= CG): Conhecer o bem e o mal é benéfico, desejável e recomendável.

CH (= CB): Logo, comer do fruto é benéfico, desejável e recomendável.

I

PI1: Para saber se algo existe, devemos conhecê-lo.

PI2: Você não conhece o mal.

CI: Logo, não é certo que o mal exista.

J

PJ1 (= PE1): Deus é necessariamente justo.

PJ2 (semelhante a CC): A punição por comer do fruto não é justa.

CJ: Logo, Deus não pune (ou ameaça punir) por comer do fruto. (Quem pune ou ameaça punir por comer do fruto não é Deus.)

K

PK1 (= PE1 = PJ1): Deus é necessariamente justo.

CK: Logo, se alguém não é justo, não é Deus.

L

PL1: (Somente) Deus deve ser temido e obedecido.

PL2: Quem não é justo não é Deus.

CL: Logo, quem não é justo não deve ser temido nem obedecido.

M

PM1: Os deuses desejam ser adorados pelos homens.

PM2: A adoração de um ser por outro ocorre apenas quando este permanece na ignorância.

PM3 (= PA'1): Comer do fruto aprimora a vida através do conhecimento.

CM: Os deuses proibiram a humanidade de comer do fruto para serem adorados pelos homens.

N

PN1: [Elogios feitos a Eva por Satã.]

CN: É justo que os homens ascendam ontologicamente. (Igualando-se aos deuses.)

O

PO1 (\approx PA'1, \approx PM3): O conhecimento faz ascender ontologicamente. (Iguala os animais aos homens e estes aos deuses.)

PO2: *Morrer* significa “ascender ontologicamente”. (No caso dos animais, igualar-se aos homens; no da humanidade, aos deuses.)

PO3: Ascender ontologicamente é benéfico, desejável e recomendável.

CO: Logo, morrer é benéfico, desejável e recomendável.

P

PP1: Os deuses afirmam haver criado o universo.

PP2: Os deuses afirmam que a morte é temível.

PP3 (= CO): Morrer é benéfico, desejável e recomendável.

PP2 (= CQ): Não é certo que os deuses hajam criado o universo.

CP: Logo, não sabemos quem de fato são os deuses.

Q

PQ1 (= PP1): Os deuses afirmam haver criado o universo.

PQ2: A terra é produtiva.

PQ3: Os deuses não são produtivos. (Não os vemos serem produtivos.)

PQ4: Quem tem poder de criar o universo deveria ser produtivo.

CQ: Não é certo que os deuses hajam criado o universo.

R

PR1: Se os deuses houvessem criado o universo, o conhecimento do bem e do mal não estaria encerrado em uma árvore no meio do Éden (i.e. ao alcance da humanidade).

PR2: O conhecimento do bem e do mal está encerrado em uma árvore no meio do Éden.

CR (= CQ): Logo, não é certo que os deuses hajam criado o universo.

S

PS1 (= CG): Conhecer o bem e o mal é benéfico, desejável e recomendável.

PS2: Se os deuses houvessem criado o universo, o conhecimento do bem e do mal encerrado em uma árvore no meio do Éden (i.e. ao alcance da humanidade) não poderia feri-los.

CS (\approx CR): Logo, ou não é certo que haja mal no fato de a humanidade adquirir conhecimento, ou não é certo que os deuses hajam criado o universo.

T

PT1: A avareza não é um sentimento divino.

CT: Logo, se alguém age por avareza, não é um deus.